

A INSERÇÃO NA CULTURA DO LIVRO; DESAFIOS

Celina Maria Moreira de Mello*

O exercício da cidadania política tornava-se assim uma caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país. Os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capengagem.

Os bestializados de José Murilo de Carvalho.

RÉSUMÉ

Pour mettre en perspective les défis institutionnels posés par l'intégration de nos étudiants à la culture du livre, nous ferons un bref rappel de l'histoire du livre imprimé, partant de l'invention de Gutenberg, en 1455, pour arriver à l'introduction de la première presse à imprimer au Brésil, en 1808. Il en ressort que le livre, moyen de domination religieuse et politique de l'Etat moderne, dessine une ligne de partage qui sépare les catégories sociales, tout en jouant un rôle non négligeable dans la construction de l'identité d'un peuple, pouvant contribuer à l'éveil d'une conscience critique de citoyenneté.

* Professora
Titular de Língua
e Literatura
Francesa/UFRJ

Para avaliar a herança histórica de que decorrem os desafios institucionais que se colocam para a inserção dos discentes, naquilo que chamarei de "cultura do livro", farei uma breve retrospectiva referente à história do livro na Europa e no Brasil. A ênfase será dada a sua relação com o Estado moderno e a formação das nacionalidades, por se constituir esta em modelo, para o Brasil, que sonhou uma "Europa possível".¹

1. Marcamos historicamente o objeto cultural *livro*, a partir da invenção técnica da imprensa, por Johann Genfleisch zur Laden, também chamado de Gutenberg, por volta de 1455, embora fosse mais correto, neste caso, falar de *livro impresso*:

Se tentarmos ser mais precisos, em relação a seu sentido, o caráter instável da definição de livro aparece rapidamente. Para o senso comum, livro se refere ao objeto mais usual, ou seja o livro impresso. Contudo, os limites permanecem imprecisos. [...] O *livro* se refere o mais das vezes a um objeto impresso: no entanto, falaremos igualmente de "livros manuscritos" ou "manuscritos" (documentos escritos à mão), e até mesmo de livros em rolos (*volumina*) e cuja forma material é completamente diferente daquela do livro em cadernos.²

O livro associa-se à escrita, que marca sociedades mais complexas, com necessidades de uma organização documental e uma certa memória que vá além dos registros de transmissão oral.³ O livro manuscrito, suporte e meio de circulação de textos escritos, era um objeto raro, precioso e reservado a grupos sociais restritos, delimitando fronteiras entre agentes sociais e áreas de sociabilidade. Entre os séculos V e XI, por exemplo, na Europa, fica restrito ao mundo clerical, em seguida, estende-se às universidades (e aos estudantes) em fins do século XI e ao longo do século XII, para chegar, posteriormente, à esfera administrativa, dos juristas e da burguesia urbana. Há, então, uma certa "banalização" da escrita ligada ao comércio: correspondência comercial e contabilidade. Vê-se uma progressiva laicização do livro, que se encontra, igualmente, ligado à construção da imagem do rei ou príncipe. Seu formato torna-se um indicador de categorias sociais, "grandes formatos de cópias monumentais executadas para os reis e personagens mais poderosos, formatos menores para leitores de qualidade social inferior."⁴ Mas sua circulação permanece, ainda, um privilégio de pequenos grupos.

Barbier observa que, após a invenção de Gutenberg, o mapa de implantação

1 - A história do livro impresso é, em seus primórdios, européia. Este breve percurso privilegiará, em seus exemplos, a França, por sua posição privilegiada em nossos modelos de letramento.

2 - BARBIER, Frédéric. *L'histoire du livre*. Paris, Armand Colin, 2000. p. 6. T. do A. desta e das demais citações em francês, exceto quando explicitamente referido.

3 - Cf. BARBIER, 2000, p. 12.

4 - Cf. BARBIER, 2000, p. 40-46.

e difusão da imprensa se superpõe de modo mais ou menos exato à Europa protestante e ao norte da França, tendo como centro irradiador o vale do Reno, Mayence e Estrasburgo.⁵ São impressos,

em primeiro lugar a Bíblia, as edições dos Pais da Igreja e os comentários sobre as Escrituras e, depois, em segundo lugar, tratados de direito canônico, tratados jurídicos com seus comentários, manuais de ensino [...] e edições dos clássicos.⁶

A "novidade tecnológica", de que rapidamente se apropriam o Estado e a Igreja, que instauram seus respectivos mecanismos de controle, favorece a publicação, nas línguas vernaculares, de gêneros que, até então, eram restritos ao latim, como livros religiosos ou especializados. Aumenta o interesse por romances de cavalaria e narrativas históricas. E cresce a importância dos pequenos formatos.⁷

O Renascimento verá o florescimento da edição nas línguas vernaculares, que será associado a um despertar de sentimentos de nacionalidade e autonomia face ao poder de Roma. Na França, por exemplo, o rei François I, que rivaliza com Henrique VIII da Inglaterra e o imperador Carlos Quinto, tem o projeto político de construção de uma monarquia

forte e moderna, associado a um projeto cultural, que toma por base um processo de unificação lingüística, e determina o francês como língua exclusiva para os documentos públicos (1539). Duas fortes tendências dominam este período, que evidenciam o choque de projetos políticos conflitantes assim como a disputa pelo poder entre autoridades leigas e religiosas. O monarca, na França, pretende ter um controle exclusivo sobre o impresso "um elemento central na doutrina do absolutismo" enquanto a Igreja Católica, em uma reação contra a onda do protestantismo, cria o *Index librorum prohibitorum*, lista de livros proibidos:

A leitura da Bíblia em língua vulgar pressuporá, em princípio, uma autorização explícita que não será concedida, nem às mulheres, nem às pessoas que ignoram o latim. Maquiavel, Erasmo, Rabelais são proibidos, assim como o *Decamerone* de Boccaccio.⁸

Deste modo, o direito ao livro demarca fronteiras sociais, de fortuna, de gênero e de crença religiosa. O controle da edição e circulação dos livros pelas autoridades, sejam elas religiosas ou leigas, mostra até que ponto o acesso ao livro, a seus conteúdos, constitui uma forma de poder e desenha linhas de exclusão.

5 - Cf. BARBIER, 2000, p. 73-76.

6 - BARBIER, 2000, p. 80.

7 - Cf. BARBIER, 2000, p. 79-83

8 - BARBIER, 2000, p. 113. Frédéric Barbier informa que o *Index* foi reeditado trinta e duas vezes até 1948 e só foi eliminado pela Igreja Católica, em 1966.

9 - A Academia francesa foi criada em 1635, no reinado de Luís XIII, a partir de um projeto político do Cardeal de Richelieu, de controle dos letrados e regulação do uso da língua francesa, indissociável do regime monárquico absolutista. Cf. KAJMAN-MERLIN, Hélène. *Excentricité académique; Littérature, Institution, Société*. Paris: Les Belles Lettres, 2001.

10 - CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. SP: UNESP, 2003. p. 178.

11 - Cf. FURET, François & OZOUF, Jacques (org.). *Lire et écrire; L'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Minuit, 1977. Entre 1780 e 1830, os franceses que sabem ler passam de sete a doze milhões.

12 - CHARTIER, 2003, p. 195 e p. 199.

Enquanto a necessidade de descrever e fixar normas, para o léxico e o uso das línguas vernaculares, leva à elaboração de dicionários e gramáticas, cuja responsabilidade é atribuída a instituições ligadas ao Estado, como as Academias, que resultam na consolidação de uma elite letrada leiga.⁹

Os séculos XVI e XVII, no que se refere à cultura do livro, apresentam uma certa estabilidade, desenhando uma fronteira cada vez mais precisa entre produtores e consumidores do impresso. Chartier observa que:

A condição e a fortuna determinam também o número de livros pos-suídos. Na segunda metade do século XVII, na capital [Paris], o limiar das cem obras é dificilmente atingido pelos negociantes e bur-gueses, ao passo que é ultra-passado uma vez em duas pelas coleções dos fidalgos e constitui a norma das bibliotecas das pessoas togadas.¹⁰

O século XVIII verá uma extensão das redes de produção e penetração do livro, com a inclusão da Europa do leste e o progressivo letramento de grupos cada vez mais numerosos.¹¹ E, contrastando com as bibliotecas particulares, "lugar de estudo" e de "retiro íntimo", temos, em palácios e em estabelecimentos religiosos e universitários, "bibliotecas de prestígio",

magnificamente decoradas e bibliotecas públicas, "para os leitores que pessoalmente não têm muitos livros".¹²

A Revolução francesa trará uma vivência do impresso, ligada ao impacto político da leitura coletiva de textos em voz alta, nas ruas, nos clubes ou seções revolucionárias, na caserna. Mas tal leitura não privilegia o livro: as folhas ou jornais multiplicam-se, de acordo com as mais diversas tendências políticas, veículos de propaganda dos ideais revolucionários.

Nas primeiras décadas do século XIX, o livro beneficia-se imensamente da renovação das técnicas de composição e impressão, que fazem aumentar exponencialmente o volume de livros impressos e as tiragens, em um sensível barateamento dos custos. Há também o uso intenso de novas técnicas de impressão de imagens, a forte atuação da imprensa como mediadora entre o livro e seu leitor. São modernizados os circuitos de distribuição, com a construção das redes ferroviárias. Os gabinetes de leitura contribuem para a expansão dos meios leitores:

Na penetração dos novos modos de ler, os quinze anos da Restauração [1815-1830] constituem, pelo menos nas cidades, um segundo momento de expansão. O seu instrumento não é mais a leitura coletivamente com-

partilhada mas aquela, individual, realizada no gabinete de leitura, alimentada não apenas pelos jornais, mas também pelo livro. Em tempos de livro caro e do jornal vendido exclusivamente por assinatura, os gabinetes de leitura florescem nas cidades do reino [França], facultando àqueles que não podem comprar muitos livros poder ler, apesar de tudo.¹³

Ao longo do século, o letramento das populações e a cultura do livro não se dissociam, então, da necessidade de formar quadros para a implementação de políticas de Estado, nos mais diversos níveis administrativos, em uma progressiva substituição dos serviços gerenciais e de registro até então prestados pela Igreja.

Na França, no século XIX, o livro torna-se o poderoso instrumento de políticas públicas de produção, fortalecimento e difusão de programas de letramento e inserção na modernidade, de grandes contingentes de procedência rural, em uma sociedade urbana letrada.

Por outro lado, cresce a necessidade de produzir novos mecanismos de controle e assujeitamento simbólico, que formem eleitores e contribuidores para o Estado, com o pagamento de impostos. A consciência cidadã não prescinde do oferecimento de imagens que permitam identificar, a um só tempo, a grandeza do Estado que governa a Nação e o rosto do

povo que a representa, e que pelos governantes é representado. História e Literatura associam-se e rivalizam na produção de relatos da história nacional, das origens de populações dispersas que, pelo influxo de uma história gloriosa, fundem-se imaginariamente para formar um só povo, em nome do qual o governante exerce seu poder. Pois como lembra Afonso Marques dos Santos, a "historiografia comprometida com visões oficiais de nação sempre usou a categoria 'povo' como uma forma de não definir as classes sociais."¹⁴

Neste ponto, a história do livro, na Europa, começa a confundir-se com a história do livro, no Brasil. Pois como pensar os desafios institucionais de nossa inserção na cultura do livro, sem nos pensarmos na perspectiva de nossa história enquanto nação?

2. Em que pesem os contrastes entre a Europa, e sobretudo a França, e o Brasil, neste início de século XIX¹⁵, o projeto cultural que integra a constituição de um império no Brasil foi o de uma "Europa possível", como observa Marques dos Santos:

Projetada a construção de um império no Brasil, os burocratas de d. João pensarão também as inovações culturais.

13 - CHARTIER, Roger & MARTIN, Jean-Henri. *Histoire de l'édition française*; le livre triomphant 1660-1830. Paris: Fayard/Promodis, 1990. p.773. Na historiografia francesa é chamado de Restauração o período em que foram "restaurados" no trono, os Bourbon e que vai de 1815, com a queda do império napoleônico, até 1830, ano da Revolução de Julho.

14 - SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A invenção do Brasil*; ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 34.

15 - É preciso imaginar o contraste extremo entre Paris, que, em 1800, conta com 500.000 habitantes e o Rio de Janeiro que, em 1808, quando chega a Corte portuguesa, teria 60.000 habitantes.

16 - SANTOS, 2007, p. 34.

17 - SANTOS, 2007, p. 62-63.

18 - Um certo imaginário de nossa história nacional é o do caráter pacífico do povo brasileiro, o famoso "homem cordial", que teria operado, sem violência, por exemplo, no momento da Independência do Brasil e da Proclamação da República. Este imaginário ignora as lutas, guerras civis e movimentos armados de nossa resistência de nossa história.

19 - Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Enfim nos trópicos: a chegada, a festa, a instalação.

In: _____. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. p. 225-260.

20 - SCHWARCZ, 2002, p. 312.

21 - Cf. SANTOS, 2007, p. 39-58.

22 - SCHWARCZ, 2002, p. 311.

Para tanto, importava trazer da Europa o gosto, a cultura e o conhecimento científico do alvorecer do século XIX, - a Europa possível para o império tropical.¹⁶

A este respeito, devem ser mencionados dois aspectos que contribuem para obliterar uma clara percepção dos desafios com que nos defrontamos. O primeiro é o imaginário de uma história do Brasil harmoniosa, que começaria com o "Descobrimento" do Brasil em 1500. Esta "biografia da nação", conceito de Gramsci retomado por Marques dos Santos, projeta a imagem de uma história - e portanto de uma história cultural - em progresso, sem rupturas ou choques, que avança linearmente beneficiando-se, em um primeiro momento, da herança de referentes portugueses, e depois franceses:

Esta modalidade de conceber a história pressupõe que o que se deseja existiu sempre e não pôde afirmar-se e manifestar-se abertamente devido à intervenção de forças externas e porque as virtudes íntimas estavam "adormecidas". [...] No caso da história brasileira, tal atitude corresponderia a considerar a Colônia como a fase de gestação da Nação, como o momento que, no tempo, antecede à formação do Estado nacional; o que certamente significa perder a percepção das contradições próprias do sistema colonial e da formação social da Colônia, uma vez que esta é tomada no plano puramente cronológico.¹⁷

E a nova nação teria recebido uma chancela oficial, no momento "pacífico"¹⁸ de sua Independência em 1821. A Missão Francesa, que, na corte, viera substituir modelos estéticos barrocos, por modelos neoclássicos, tem, de modo geral, ressaltada sua atuação na construção de uma "iconografia de Estado".¹⁹ Como destaca Lilia Moritz Schwarcz: "Os novos artistas viriam, portanto, fazer barulho e gerar ruptura, trazendo uma arte estatal, patriótica e preocupada em vincular os feitos dos monarcas aos ganhos do passado clássico idealizado."²⁰ E com a fundação, em 1839, da Academia Imperial de Belas Artes, fica fortalecida a visão de um *continuum* que faria a nossa cultura remontar ao Renascimento e a seus fundamentos clássicos.²¹

Fica um pouco esquecido um objetivo complementar desta missão civilizatória, o de criar uma Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, para formar artesãos, técnicos e profissionais especializados, de que carecíamos:

Afinal, faltava de tudo, e profissionais especializados em diferentes áreas vieram no mesmo navio: técnicos em construção naval, em construção de veículos, em curtume... atendendo a outros interesses do Estado, e formando homens destinados aos empregos públicos, mas também à agricultura, mineralogia, indústria e comércio.²²

E por que faltava de tudo? Vemos, aqui, o segundo aspecto, que contraria a visão quase edênica de um passado que levaria necessariamente à configuração do presente. Pois se trata de um imaginário que ignora o fato de que houve um rígido controle das autoridades portuguesas sobre o ensino e a presença do livro no Brasil.²³

No período do assim chamado Brasil-Colônia, havia um controle do Estado e da Igreja Católica sobre as atividades de ensino, sobretudo em um nível superior. As universidades, no Brasil, eram proibidas pela metrópole, e só em 1808, com a vinda da Família Real, foi concedida a licença para a criação da Escola Médico-Cirúrgica em Salvador:

[...] a educação no Brasil era igualmente desprezada e as universidades, proibidas pela metrópole, em contraposição à política cultural de reinos como a Espanha, que havia muito liberado o ensino superior em suas colônias. De oficial, só aulas de Artilharia e Arquitetura Militar e algumas esparsas e avulsas "escolas ou aulas régias", com cursos de Filosofia, de Latim, de Retórica, de Matemática, sem nenhum planejamento que pudesse caracterizá-las como instrução pública. Afora isso, o ensino era administrado pelas ordens religiosas, em conventos e seminários.²⁴

E apenas com a recentemente tão

festejada vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, tivemos, aqui, a primeira prensa que deveria imprimir obras e documentos, folhetos, brochuras, sermões, decretos, etc. Até então, as únicas prensas permitidas, no Brasil, eram usadas para imprimir baralhos, sendo que até esta atividade era monopólio real:

[...] até então, a montagem de oficinas tipográficas na colônia era proibida e as tímidas iniciativas nesse sentido tiveram existência efêmera, já que prontamente reprimidas. No entanto, agora a história era outra e, em 13 de maio de 1808, dia do aniversário de d. João, foi criada a Imprensa Régia. Além de publicar a documentação oficial, o decreto previa a impressão de todas e quaisquer obras, sobre-tudo aquelas que ajudassem a divulgar a imagem da própria monarquia.²⁵

Lilia Moritz Schwarcz comenta a criação desta Imprensa Régia, lembrando que se tratava, aqui, de um Estado moderno, mas com um liberalismo moderado, uma vez que, imediatamente após a sua criação, foi atribuída à junta diretora da Imprensa Régia a tarefa de censura, que deveria impedir "a impressão de papéis e livros cujo conteúdo contrariasse o governo, a religião e os bons costumes."²⁶ Logo após, no mesmo ano, a mesa de Desembargo do Paço assume o controle do exame dos livros, incluindo-

23 - Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos. Antídotos contra obras "ímpias e sediciosas": censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Mercado de Letras, 2000. p. 378.

24 - SCHWARCZ, 2002, p. 233. A este respeito cf. igualmente, CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 69-72.

25 - SCHWARCZ, 2002, p. 249.

26 - SCHWARCZ, 2002, p. 250.

se os importados, com especial atenção aos livros estrangeiros, sobretudo franceses.²⁷ É preciso exemplo mais eloquente da relação entre cultura do livro e poder político, em um Estado moderno?

Segundo este modelo ideal, de uma Europa possível, houve forte empenho com a formação das elites, complementada por um constante controle de livros e leitores. Pois o livro traz a ilustração, as Luzes da razão e do conhecimento, contudo poderá trazer igualmente a "sedição":

[...] persistiu por algum tempo a concepção clássica do Antigo Regime de ver o escrito como um texto secreto, reservado apenas a alguns iniciados, ou seja, homens notáveis, por sua dignidade, por sua formação e por suas luzes. [...] A leitura era vista como perigosa, porque podia se transformar em uma fonte de espírito crítico, de heresia, de subversão. [...] A quantidade e o teor das obras introduzidas no Brasil demonstram que, apesar de toda uma tentativa de rigidez, a censura não se constituiu em um obstáculo intransponível para a circulação de livros proibidos, especialmente no interior de uma elite esclarecida.²⁸

27 - Cf. NEVES, 2000, p. 379.

28 - NEVES, 2000, p. 393.

29 - Cf. CARVALHO, 2003, p. 73-74.

A tensão entre estes dois "usos" do livro continua a fazer do conhecimento e da frequência deste objeto cultural uma linha de exclusão de certos grupos sociais. O processo civilizatório do Brasil, que teve

na pessoa do Imperador Pedro II sua figura central, voltou-se prioritariamente para a formação de uma identidade nacional e a ilustração de uma elite econômica e cultural que fundasse nossa nacionalidade. Alguns dados podem dimensionar a tarefa com que se defrontou este processo.

Antes da Independência, no que se refere ao ensino superior, haviam sido criadas apenas a Real Academia das Guardas Marinhas e uma Academia Real Militar, em 1808-1810; as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro, em 1813, e de Salvador, em 1815 e a Academia de Belas Artes, em 1820. Após a Independência, foram abertos um curso de Direito em São Paulo, em 1827, e um outro igualmente de Direito em Olinda, em 1828; em Ouro Preto, uma Escola de Farmácia, em 1839, e finalmente uma Escola de Minas, em 1876. E ainda, para o ensino secundário, em 1839, foi criado o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, cidade onde havia, também, uma Escola de Música e um Instituto de Comércio.²⁹

O ensino era pago, caro, ou então exigia processos seletivos que terminavam por recrutar os alunos nas famílias abastadas: "quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de

letrados num mar de analfabetos."³⁰ No final do Segundo Reinado, os recenseamentos de 1872 e 1890 indicavam, respectivamente, 15,71 % e 14,80 % da população alfabetizada e, "em 1920, os analfabetos ainda representavam 76 % da população total."³¹

E não seria a imigração européia, convocada para substituir a mão-de-obra escrava, ao longo das diversas etapas da abolição do tráfico e do trabalho escravo, e que também tinha a "eugênica" missão de "branquear" nossa população, que reverteria a equação de uma minoria letrada em oposição a um povo de cultura oral.³² Pois nossa nação tem os rostos de um povo formado majoritariamente por populações indígenas, africanas, européias e asiáticas, de cultura predominantemente oral. Neste contexto, qual o espaço social reservado ao livro e aos equipamentos urbanos necessários para o acolher?

3. Após a Independência, parece arrefecer o ardor censório e abre-se a possibilidade, para os brasileiros, de lerem "tudo o que desejaram: dos grandes clássicos revolucionários do século XVIII às mais recentes novidades do pensamento europeu."³³ Mas a abertura para a civilização que o livro carrega esbarra em inúmeros obstáculos, os quais contribuem

para que somente as elites de algumas capitais tenham a ele acesso: o reduzido número de livrarias, o preço do livro, as dificuldades para o editar e distribuir.

Mesmo circulando em um meio tão restrito, o livro vincula-se a um setor que se configura conforme os mesmos mecanismos de exploração comercial que prolongam nossa dependência da Europa e faz dos brasileiros importadores e meros consumidores de produtos estrangeiros. O livro que vem da Europa, sobretudo da França, é um *produto de qualidade superior* à do livro brasileiro, cujo preço é exorbitante e impressão péssima.³⁴ Por outro lado, a produção local sofre a concorrência do jornal; um livro brasileiro publicado em formato de folhetim terá esgotado seu público leitor potencial e não despertará o interesse dos editores:

Como o público leitor interessado em literatura fosse bastante reduzido, o sucesso de um romance publicado na imprensa esgotava-se ali. O leitor apaixonado recortava os capítulos e guardava-os em casa, para serem relidos, em-prestados aos amigos ou lidos nos serões. Dessa forma, compreende-se por que o estrondoso êxito de *O guarani*, ao sair em folhetim, não se tenha repetido em livro.³⁵

No que se refere à reduzida capacidade civilizatória do livro, no Brasil

30 - CARVALHO, José Murilo de, 2003, p. 65. Comentado por Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2008 (1998), p. 118.

31 - CARVALHO, José Murilo de, 2003, p. 79-80.

32 - Excetuando-se talvez o imigrante japonês, que, de modo geral, conservou sua cultura e suas tradições, mediante processos de letramento.

33 - MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001. p. 54

34 - Cf. MACHADO, 2001, p. 67-83.

35 - MACHADO, 2001, p. 78.

oitocentista, o mais grave, a meu ver, foi ter sido realizada uma espécie de clivagem entre o *livro de estudo* e o *livro de imaginação*, jogando a poesia para o espaço de ocupações juvenis, senão pueris, coisa de estudantes, enquanto era feminizado o leitor de ficção. E quem diz público leitor feminino expressa deste modo uma situação de inferioridade, social, econômica e intelectual. O estudo é privilégio de poucos e literatura é para mulheres ou desocupados. Para as leitoras, naquela época, a literatura é uma conquista recente: "Com raras exceções, as mulheres nascidas até a década de 1830 foram quase todas analfabetas."³⁶

Os jovens estudantes não somente integravam o reduzido contingente de leitores, mas eram também produtores de literatura. Quase todos eram poetas e colaboravam nos mais variados periódicos. Mas a literatura, para uma rígida moral burguesa, é vista como perniciosa para a família e meramente tolerada como uma traquinagem de jovens:

máscara de seriedade ao rosto, punha os versos ou outros exercícios literários de lado e tratava de se adaptar à nova vida profissional e doméstica. [...] Publicar um livro de versos, de teatro e de ficção depois de formado era atestado de um espírito desajustado. Ou efeminado. Ou perigosamente inconformado. De qualquer forma, incompatível com a seriedade da vida profissional.³⁷

Ainda na perspectiva de um movimento civilizatório, há que se mencionar a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o estímulo a uma vida intelectual, no Brasil, de que Pedro II foi o "protetor". O Imperador "incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais".³⁸ Reservado à elite econômica e literária, o Instituto discute e ampara livros "sérios", que deverão desenhar os traços de uma identidade nacional, escrevendo a história dos grandes vultos. O poema épico e o indianismo têm a missão de forjar nossa identidade cultural e deixam para o esquecimento a sombra da escravidão. O interesse do Imperador pela poesia sublime, abstraindo-se o descompasso entre seu empenho de mecenas e sua medíocre performance de poeta, denota que lá se cultivou, na mais perfeita

36 - MACHADO, 2001, p. 40.

37 - MACHADO, 2001, p. 170.

38 - <http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php>, consultado em 21/07/2009.

Concluído o curso, a sociedade desestimulava o bacharel a persistir nesses pecados [furtos, farras, bebedeiras], sobretudo o pecado da literatura. O período áureo da produção literária, da poesia em particular, encerrava-se com a diplomação. [...] Com o diploma embaixo do braço, o rapaz ajustava uma

tradição renascentista, sobretudo o apreço aos gêneros celebrados pelas poéticas clássicas, sem perceber realmente a força que o romance assume como forma de aproximação de todo um povo, ao mundo do letramento.³⁹

Alijadas destes ambientes, a assim chamada geração boêmia (representada por Paula Nei, Coelho Neto, Artur e Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, entre outros) e uma série de outros artistas reivindicavam um espaço autoral, livre da interferência da corte.⁴⁰

Neste contexto de carência, a República representou, paradoxalmente, um retrocesso. Em um Estado moderno, cuja política seja pautada por princípios constitucionais, o letramento deve conferir ao povo a consciência cidadã de ser o fundamento do governo, sua face democrática. Convenhamos que, a este respeito, nosso ponto de partida foi pífio.

No Império, malgrado o voto censitário e um processo eleitoral indireto, as eleições envolviam a participação de 10% da população. Com a eleição direta, em 1881, este número se reduz para 1%. A República continuou a discriminar os pobres, pois o voto direto vinha associado à exclusão dos analfabetos. Assim, nas eleições de 1894, só votaram 2% da população. Também ficaram excluídos,

deste exercício de cidadania, as mulheres, os mendigos, os menores de idade, os membros de ordens religiosas, etc.⁴¹ Reforçando seu caráter discriminatório, a Constituição republicana excluía os analfabetos e "ao mesmo tempo se retirava a obrigação de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial."⁴²

José Murilo de Carvalho relata que, de acordo com o censo de 1890, no Rio de Janeiro, cidade do Brasil onde havia a maior população alfabetizada, para uma população de 515.559 pessoas, excluindo-se os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, as praças de pré e os frades, ficaram 109.421 pessoas. Ora, em 1894, votaram "7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população."⁴³

Após os primeiros governos republicanos, que assumiram a tarefa de estabilizar o regime, o governo de Campos Sales (1898-1902) teve que lutar contra a inflação, defrontando-se com um quadro severo de recessão econômica. Seu sucessor, Rodrigues Alves, que governou de 1902 a 1906, favorecido por uma conjuntura internacional menos hostil, empreendeu ações políticas visando a recuperação econômica do Brasil. É significativo que tenha fixado prioritariamente duas áreas de intervenção, a

39 - Cf. SCHWARCZ, 2008, p. 126-131 e MACHADO, 2001 p. 87-102.

40 - SCHWARCZ, 2008, p. 155.

41 - Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 43-44

42 - CARVALHO, 1997, p. 45.

43 - CARVALHO, 1997, p. 85.

urbanização e o saneamento da capital, não tendo dedicado especial atenção à área da educação. Na cidade do Rio de Janeiro, que deveria ser remodelada e tornar-se uma "Paris tropical", voltou-se para reformas urbanas e de saúde pública. Nomeou para prefeito o engenheiro Pereira Passos e para a Direção do Serviço de Saúde Pública, o médico Oswaldo Cruz, que implementaram as novas políticas: obras do porto, desapropriações, abertura da avenida Central, saneamento do Mangue, vacinação em massa, tratava-se de remover, limpar, desinfetar.⁴⁴

[...] Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiam no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspiasse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas.⁴⁵

Mas alfabetizar? educar? Onde está o educador? o professor? o filósofo? A "invisibilidade" da questão do letramento pode ser simbolizada por uma caricatura

do jornal *O Malho*, de 6.08.1904, reproduzida por José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, em que vemos o povo brasileiro, *Zé Povinho*, lutar contra uma gigantesca serpente, que representa, conforme a legenda, "os males que afligiam a população no início da República". Os males, inscritos na pele da serpente, como uma filacteria satírica, são: "cambio", "desfalques", "miseria", "sellos", "impostos", "emprestimos" *sic*. E não analfabetismo, falta de escolas, bibliotecas, livros, educação, editoras, distribuição de livros...⁴⁶ Parece que foi ontem.

4. Assim, percorrendo, embora muito rápida e superficialmente, os primeiros capítulos da história de nossa formação e letramento, iluminam-se muitos dos desafios que constituem a inserção de nosso alunado, na cultura do livro. Para concluir este percurso e acolher o debate, limitar-me-ei a enumerar alguns destes desafios.

Hoje, ainda muito do que foi relatado permanece. E só recentemente pudemos ver 95% de nossas crianças nas escolas. Devemos, contudo levar em conta que as definições de analfabetismo se modificaram e pressupõem, cada vez mais, um letramento que corresponda às necessidades da vida contemporânea, que

44 - Cf. CARVALHO, 1997, p. 91-95.

45- CARVALHO, 1997, p. 95.

46 - CARVALHO, 1997, seção Visões da época, entre as páginas 168 e 169.

represente o domínio do mundo da letra (e dos livros) e que integre a capacidade de usar editores de texto, planilhas, de navegar pela rede, etc. O uso de tecnologias digitais a serviço da comunicação é cada vez mais difundido, mas a questão da inserção de nosso alunado, na cultura do livro, permanece inteira...

Acolhemos, na UFRJ, alunos cuja origem familiar é, muitas vezes, a de populações detentoras de uma pujante e diversificada cultura oral, mas de famílias desprovidas do acesso aos equipamentos culturais necessários para este padrão de letramento. Da educação básica ao sentimento de felicidade que pode proporcionar uma boa biblioteca, a distância parece imensa...

Tabela 1 – Analfabetismo por faixa de 15 anos ou mais – Brasil - 1990-2000

| Ano | População de 15 anos ou mais | | |
|------|------------------------------|-------------|-----------------------|
| | Total | Analfabetos | Taxa de Analfabetismo |
| 1990 | 9.728 | 6.240 | 64,1 |
| 1991 | 17.344 | 11.400 | 65,2 |
| 1992 | 23.848 | 13.200 | 55,4 |
| 1993 | 30.188 | 15.200 | 50,3 |
| 1994 | 40.200 | 15.800 | 39,3 |
| 1995 | 53.800 | 16.500 | 30,7 |
| 1996 | 71.800 | 16.700 | 23,3 |
| 1997 | 94.800 | 16.800 | 17,7 |
| 1998 | 118.800 | 16.200 | 13,6 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.
 Nota: (1) Em milhões.

Ilustração 1: Mapa do analfabetismo no Brasil.

INEP; <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>; consultado em 24.07.2009

O livro, no Brasil, ainda se associa a fronteiras de exclusão daqueles que não se familiarizaram com seus formatos editoriais e gêneros discursivos. A potência criadora da canção em nossa música popular brasileira serve, sem dúvida, de elemento mediador entre nosso aluno e a poesia lírica, enquanto as narrativas veiculadas pela televisão, nos formatos de filmes, novelas e mini-séries, são um poderoso auxiliar para que se desenvolva a compreensão de esquemas narrativos - que aliás cinema e televisão importaram da epopéia, do conto e do romance. Continua, apesar disto, como um obstáculo intransponível, a carência de políticas que valorizem a cultura do livro. O livro é caro, raro e mal distribuído. Não há políticas de subvenção para publicar certos tipos de livro. Da preocupação com a escola ainda não se passou à luta por bibliotecas escolares, o que dirá de bibliotecas como equipamento cultural e estratégia de inserção social *indispensável*? Pois certos valores que hierarquizam tipos de leitura continuam a separar livro didático ou técnico e *livro de imaginação*. E mantém-se um imaginário da literatura como espaço feminizado ou incompatível com uma vida profissional adulta... Parodiando o romance policial, para encontrar o criminoso, devemos indagar:

quem se beneficia com este crime?

O nosso trabalho de professores de literatura é muitas vezes questionado, de modo irônico, quase (ou totalmente) hostil. Por que o professor deve lutar para que seus alunos leiam? Por que a leitura de um certo tipo de livro é vista como chata ou fútil e até mesmo inútil? A quem interessa um ensino de leitura que se limita ao livro "escolar" e que não passa de adestramento? O curso de Letras da UFRJ tem como uma de suas mais urgentes tarefas formar professores de língua e literatura que sejam de *letras*, que estejam inseridos na cultura do livro e que possam contribuir para que seus alunos, por sua vez, transponham esta barreira histórica de exclusão, para aceder a uma consciência crítica e ao exercício pleno da cidadania.

Referências:

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Mercado de Letras, 2000.

BARBIER, Frédéric. *L'histoire du livre*. Paris, Armand Colin, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Os besh-tializados: o Rio de Janeiro e a República*

- que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* Trad. Álvaro Lorencini. SP, UNESP, 2003.
- CHARTIER, Roger & MARTIN, Jean-Henri. *Histoire de l'édition française; le livre triomphant 1660-1830.* Paris, Fayard/Promodis, 1990.
- FURET, François & OZOUF, Jacques (org.). *Lire et écrire; L'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry.* Paris, Minuit, 1977.
- KAJMAN-MERLIN, Hélène. *Excéntricité académique;* Littérature, Institution, Sociétés. Paris, Les Belles Lettres, 2001.
- IBGE. *CENSO DEMOGRÁFICO.* INEP; <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>; consultado em 24.07.2009
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo.* Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil; ensaios de história e cultura.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2008 (1998).